

PAR06-31-P1

# **Marcadores Sociais da Diferença e Participação Informada no processo de reparação**

Análise dos espaços participativos e  
das demandas das pessoas atingidas

# Expediente

**Elaboração técnica**

Claudia Elisa Simões

**Revisão**

Karina Morais - Gerência Geral

**Gerência Geral - Diretrizes da Reparação do Acordo Judicial**

Karina Morais

**Gerência Geral - Participação Informada**

Diva Braga

**Gerência Geral - Eixo Gestão**

Gabriela Cotta

**Gerência Geral - Reparação do Acordo Judicial**

Ranúzia Netta

**Gestão de Informações**

Coordenação - Alice Capanema

Supervisão - Bruno Cardoso

**Equipe de Comunicação****Coordenação**

Elaine Bezerra

**Gestão Operacional de Conteúdo**

Valmir Macêdo

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Julia Rocha

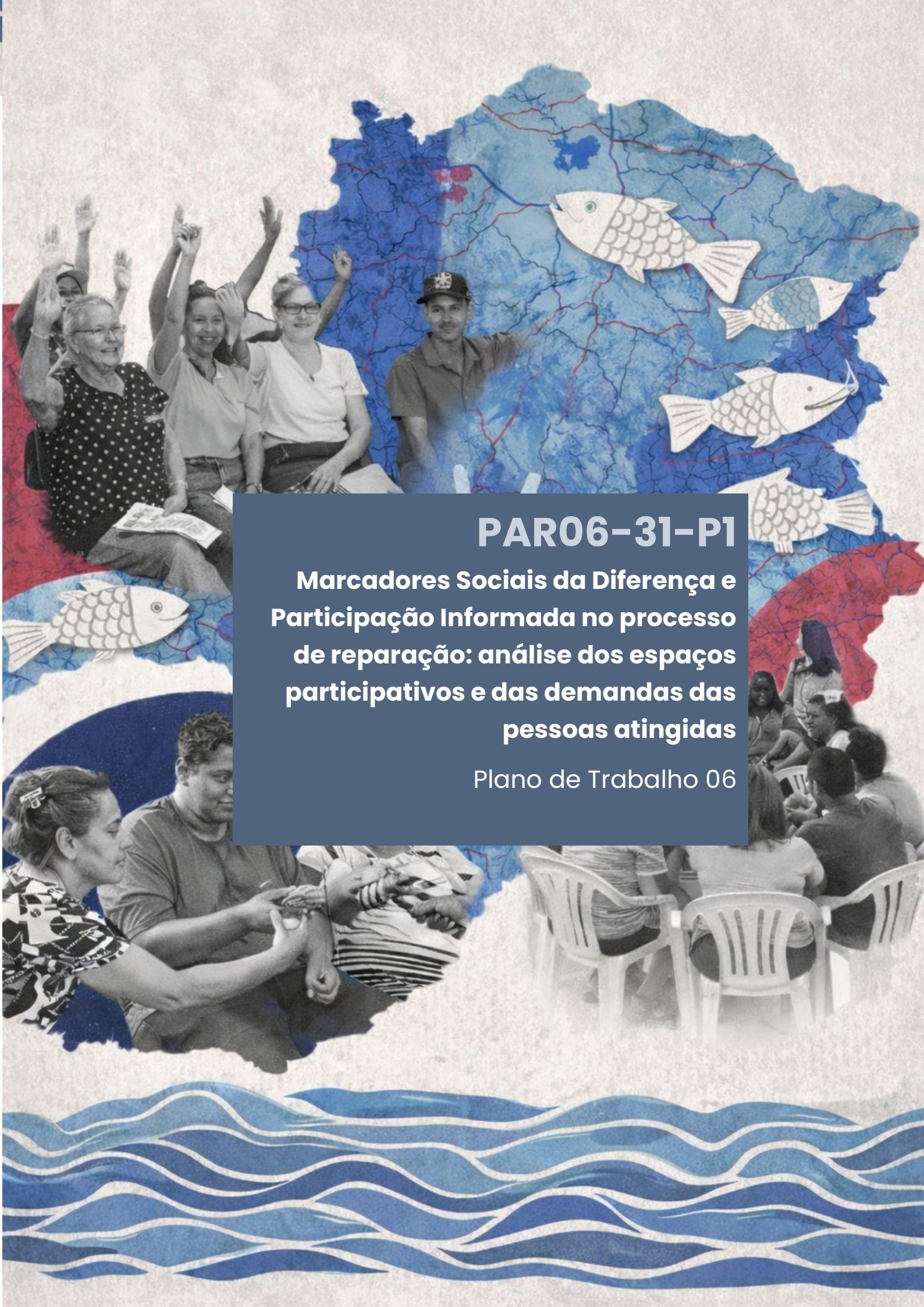
Wagner Túlio Paulino

**Coordenação Estadual**

Cauê Melo

Carlos Henrique Prado

Luis Henrique Shikasho



# **PAR06-31-P1**

## **Marcadores Sociais da Diferença e Participação Informada no processo de reparação: análise dos espaços participativos e das demandas das pessoas atingidas**

Plano de Trabalho 06

# Sumário

1. Introdução .....	5
1. 2. Metodologia .....	6
3. Panorama geral dos espaços participativos .....	8
3.1. Volume total e tipos de atividades .....	8
3.2. Distribuição de atividades por região .....	10
3.3. Distribuição de atividades por município .....	11
3.4. Quantidade média e total de participantes .....	13
3.5. Atividades por objetivos específicos do Plano de Trabalho .....	14
4. Panorama geral das demandas da população atingida .....	15
4.1. Distribuição de demandas por região .....	16
4.2. Distribuição de demandas por municípios .....	17
4.3. Distribuição de demandas por tipo .....	19
4.4. Distribuição de demandas por categorias .....	20
5. Marcadores sociais da diferença e participação social .....	22
5.1. Participantes por gênero .....	23
5.2. Participantes por raça/cor .....	24
5.3. Participantes por faixa etária .....	26
5.4. Participantes PCDs .....	28
6. Considerações finais .....	29

## 1. Introdução

A participação informada constitui um dos pilares fundamentais das políticas de reparação integral em contextos de desastres socioambientais. Trata-se de um direito das populações atingidas e uma condição indispensável para que pessoas, grupos, comunidades e coletividades tenham acesso a informações acessíveis, compreensíveis e atualizadas sobre os processos que atingem diretamente suas vidas. No âmbito da Assessoria Técnica Independente (ATI), esse princípio se materializa na oferta contínua de espaços de diálogo, circulação de informações qualificadas e fortalecimento da autonomia dos sujeitos atingidos para exercerem seus direitos.

No caso do desastre-crime, com o rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV-A da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. em Brumadinho (MG), o caráter complexo, prolongado e multidimensional dos danos exige que a participação não seja apenas formal, mas efetivamente informada, consciente e socialmente situada. Isso implica reconhecer que os territórios atingidos são heterogêneos e atravessados por diferentes marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe, geração, ruralidade/urbanidade e pertencimento comunitário, que influenciam o modo como o rompimento é vivido, bem como a capacidade de acesso à informação, de mobilização e de participação política.

A incorporação desses marcadores é indispensável porque eles moldam desigualdades históricas e estruturais, que se acentuam em contextos de desastres socioambientais. Mulheres, populações negras, famílias de baixa renda, comunidades periféricas ou rurais, trabalhadores informais, idosos, jovens e pessoas com menor acesso a redes de informação institucional tendem a enfrentar barreiras adicionais para compreender, acompanhar e reivindicar direitos no processo de reparação. Portanto, garantir participação informada é também promover justiça social, equidade e o reconhecimento das diversas formas de existência presentes nos territórios atingidos.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela Aedas a partir do Plano de Trabalho vigente, buscou produzir condições para que a circulação de informações não apenas chegue aos territórios, mas também fosse apropriada pelas pessoas atingidas, respeitando seus contextos, identidades coletivas e modos próprios de organização. Buscando, sobretudo, instrumentalizá-las para o acesso à direitos. A multiplicidade de estratégias utilizadas, como reuniões de comissões, diálogos com lideranças, visitas de campo, mobilizações comunitárias, formações, oficinas e

entrega de materiais informativos, expressa a necessidade de diversificar canais para alcançar públicos distintos e para reduzir desigualdades de acesso que atravessam os territórios.

Assim, este relatório apresenta a consolidação e análise das atividades realizadas nas Regiões 1 e 2, evidenciando o compromisso da Aedas em promover processos comunicativos e participativos contínuos, territorializados, transparentes e sensíveis às diferenças sociais que compõem o tecido das comunidades atingidas. Ao reconhecer as singularidades e desigualdades estruturais presentes nesses territórios, reafirma-se que a participação informada não é apenas um procedimento, mas um instrumento de fortalecimento de cidadania, de justiça reparatória e de democratização das decisões que atravessam diretamente a vida das pessoas atingidas.

## 2. Metodologia

A elaboração deste relatório baseou-se na análise integrada de dados quantitativos produzidos no âmbito da assessoria técnica independente (ATI) executada pela Aedas nas Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba nos anos 2024 e 2025, contemplando tanto os espaços participativos realizados quanto as demandas das pessoas atingidas registradas pela equipe técnica da Aedas em plataforma de registro interno, desenvolvida especificamente para este fim.

Para compor o panorama apresentado, foram utilizados registros institucionais de atividades, listas de presença e relatórios de campo, ambos consolidadas pelas equipes para análise dos dados. De maneira complementar, foi utilizada a matriz de demandas classificadas por temas, tipo e territórios. Além de conteúdo quantitativo e qualitativo sobre a execução das atividades da Aedas em campo, os dados agregam informações sociodemográficas referentes aos participantes, organizadas segundo os marcadores sociais da diferença (gênero, raça/cor, faixa etária e presença de pessoas com deficiência) com o objetivo de identificar desigualdades de participação e padrões específicos de acesso ao processo de reparação.

Os dados foram submetidos a processos de organização, limpeza e validação, garantindo que inconsistências, duplicidades e informações incompletas fossem identificadas e devidamente tratadas, sempre que possível. Quando da sistematização dos dados, procedeu-se à categorização das atividades de acordo com os objetivos específicos previstos no Plano de Trabalho, bem como à classificação territorial por regiões e municípios contemplados pela atuação da assessoria.

No caso das demandas, as informações foram agrupadas por tipo (coletiva, individual, núcleo familiar e Unidade Territorial Tradicional), categoria temática (anexos do Acordo, participação informada, reparação socioambiental, saúde, povos e comunidades tradicionais, marcadores sociais da diferença, entre outras) e local de origem. As Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) foram analisadas com especial atenção devido ao seu caráter de povos e comunidades tradicionais, sobretudo de religiões de matriz africana, cuja presença e reivindicações demandam abordagens metodológicas sensíveis às especificidades culturais, históricas e coletivas desses grupos.

A partir dessa base organizada, foram calculadas frequências absolutas e relativas para permitir a identificação de tendências, recorrências e disparidades, tanto territoriais quanto sociais. Os registros sem classificação foram mantidos na análise enquanto indicadores importantes de lacunas estruturais na produção dos dados, refletindo limitações de coleta em campo, contextos de alta complexidade ou ausência de autodeclaração por parte dos participantes. A interpretação dos resultados levou em conta a relação entre participação social, produção de demandas e desigualdades historicamente acumuladas, permitindo observar de que maneira diferentes grupos atravessam o processo de reparação.

A análise adotou uma perspectiva transversal que articula três dimensões principais: a realização dos espaços participativos como mecanismo de construção coletiva e acesso à informação; a expressão das demandas como instrumento de reivindicação e reconhecimento dos danos sofridos; e a incidência dos marcadores sociais da diferença, que revelam assimetrias de participação e diferentes modos de vivenciar os danos do rompimento de barragens.

Embora a base de dados seja suficientemente robusta para indicar padrões relevantes, reconhece-se que há limitações inerentes ao processo, especialmente no que diz respeito às variações na qualidade das listas de presença, à expressiva quantidade de registros sem autodeclaração em alguns marcadores e às diferenças operacionais entre regiões e municípios no registro das informações.

Por fim, todo o trabalho de sistematização foi conduzido respeitando princípios éticos fundamentais, com a preservação de sigilo, confidencialidade e não identificação individualizada dos participantes, bem como atenção às especificidades de povos e comunidades tradicionais e demais grupos vulnerabilizados. O método adotado garante, assim, a fidelidade ao princípio da centralidade das pessoas atingidas, assegurando que os dados analisados refletem, com rigor e responsabilidade, a diversidade territorial e social presente no processo de reparação.

### **3. Panorama geral dos espaços participativos**

Este capítulo apresenta um panorama abrangente dos 2493 espaços participativos realizados ao longo dos anos 2024 e 2025, evidenciando a diversidade de formatos, a capilaridade territorial das ações e o volume expressivo de participações mobilizadas. A consolidação desses dados permite compreender como a participação informada se materializa em práticas concretas de reunião, formação, articulação comunitária e monitoramento da reparação. Ao observar a distribuição dos encontros por tipo de espaço, região, município, número de participantes e temas de discussão, é possível identificar dinâmicas de engajamento, padrões de recorrência e a intensidade do trabalho de base nos territórios atingidos. Este panorama funciona, portanto, como porta de entrada para a análise aprofundada dos objetivos específicos, dos marcadores sociais da diferença e das estratégias metodológicas que estruturam o processo participativo ao longo desse período.

#### **3.1. Volume total e tipos de atividades**

O conjunto de dados reúne um total de atividades realizadas no âmbito das ações da Assessoria Técnica Independente (ATI) nas Regiões 1 e 2, somando 2493 espaços participativos. Essas atividades representaram momentos fundamentais de interação entre as equipes técnicas e a população atingida, configurando-se como espaços de escuta, diálogo, mobilização comunitária e fortalecimento do processo participativo no contexto da reparação coletiva.

A distribuição das atividades realizadas ao longo do período indica uma presença significativa da ATI nos territórios, com destaque expressivo para as visitas técnicas presenciais, que totalizaram 1745 registros, evidenciando a importância desse tipo de atuação para o acompanhamento direto das demandas das comunidades. Em seguida, observa-se também volume elevado de reuniões do coletivo de Comissões em formato virtual, somando 153 atividades, o que demonstra a consolidação de espaços de articulação onde há centralidade das pessoas atingidas. As reuniões intercomunitárias presenciais aparecem como o terceiro tipo mais frequente, com 140 encontros, reforçando a necessidade de integrar múltiplas comunidades em momentos de

alinhamento e aperfeiçoamento de ideias, especialmente relacionadas a construção popular do Anexo 1.1.

Outras categorias relevantes incluem as visitas técnicas virtuais (191 registros), que se configuram como estratégia complementar para assegurar continuidade do trabalho em contextos nos quais a presença física é limitada. As cirandas também ocupam lugar de destaque, com 69 atividades, mostrando o esforço da equipe em promover espaços lúdicos e pedagógicos voltados especialmente para crianças e adolescentes, promovendo a participação informada sobre a reparação de danos também para o público infanto-juvenil. As reuniões comunitárias presenciais, por sua vez, totalizam 34 eventos, sendo fundamentais como instâncias diretas de escuta e mobilização em cada território.

Entre os espaços ligados a grupos organizados, destacam-se as atividades do Coletivo de Comissões, que, além das 153 reuniões virtuais, registraram 50 encontros presenciais. O Coletivo PCTRAMA também apresentou presença importante, com 27 reuniões virtuais e 3 presenciais, assim como o Coletivo de Agentes Multiplicadores (AGMs), com 6 reuniões presenciais e 4 virtuais. As reuniões do Eixo AGM contabilizaram ainda 8 atividades presenciais e 3 virtuais, demonstrando articulações específicas dentro da governança comunitária.

Quanto às atividades formativas e de mobilização temática, registraram-se 5 formações em direitos, 2 oficinas de comunicação popular, 1 seminário temático e 1 encontro da Bacia, além de 23 comitivas de participação cidadã presenciais e 1 virtual, que reforçam a amplitude e qualificação da participação informada promovida pela Aedas.

No conjunto, a distribuição das atividades evidencia uma atuação territorial ampla, articulada e em múltiplos formatos, combinando estratégias presenciais, virtuais e híbridas, ações comunitárias e intercomunitárias, atividades formativas e momentos de mobilização direta, compondo um panorama robusto da participação social ao longo do período analisado.

*Tabela 1. Espaços participativos realizados pela Aedas entre 2024 e 2025*

Espaço Participativo (EP)	Nº de EPs realizados
Ciranda	69
Comitivas de participação (presencial)	23
Comitivas de participação (virtual)	1
Encontro da Bacia	1
Formação em Direitos	5
Oficina de Comunicação Popular	2

Outro	6
Reunião comunitária (presencial)	34
Reunião comunitária (virtual)	5
Reunião de Coletivo PCTRAMA (presencial)	3
Reunião de Coletivo PCTRAMA (virtual)	27
Reunião do Coletivo de AGMs (presencial)	6
Reunião do Coletivo de AGMs (virtual)	4
Reunião do coletivo de Comissões (presencial)	50
Reunião do coletivo de Comissões (virtual)	153
Reunião Eixo AGM (presencial)	8
Reunião Eixo AGM (virtual)	3
Reunião intercomunitária (presencial)	140
Reunião intercomunitária (virtual)	16
Seminário temático	1
Visita técnica (presencial)	1745
Visita técnica (virtual)	191
<b>Total de Espaços Participativos</b>	<b>2493</b>

### 3.2. Distribuição de atividades por região

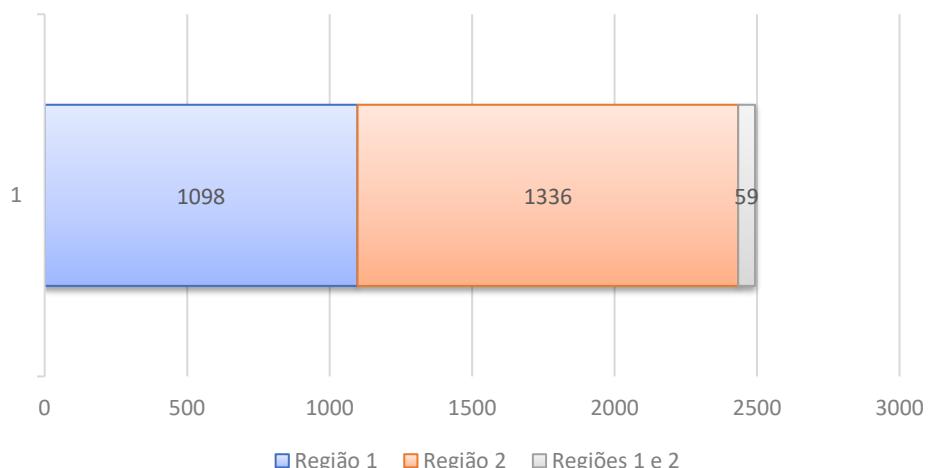
A distribuição das atividades entre as Regiões 1 e 2 demonstra uma atuação relativamente equilibrada da ATI Aedas nas áreas atingidas, ainda que com diferenças importantes no volume de ações realizadas em cada território. No período analisado, a Região 1 registrou 1098 atividades, enquanto a Região 2 totalizou 1336 atividades, evidenciando que esta última concentrou o maior número de ações. Esse dado pode refletir tanto a extensão territorial quanto a complexidade organizativa da Região 2, que abrange seis municípios e mais de 140 comunidades assessoradas, contrastando com a Região 1, Brumadinho, que apesar de ser o epicentro do rompimento, possui 77 comunidades assessoradas pela Aedas.

A diferença entre as duas regiões, embora não seja extrema, indica uma demanda ligeiramente maior na Região 2, seja em termos de acompanhamento das comissões, realização de reuniões intercomunitárias ou execução de visitas técnicas, que se destacam como o tipo de atividade mais recorrente em ambos os territórios. Essa maior concentração pode estar associada à diversidade de comunidades, à existência de múltiplos coletivos organizados e à necessidade de articulação contínua em diferentes municípios como Betim, Igarapé, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Juatuba.

Além das atividades específicas a cada região, o conjunto de dados apresenta ainda 59 atividades classificadas como das Regiões 1 e 2, categoria que reúne ações de caráter integrado ou Inter territorial. Esse número evidencia a relevância de pautas que ultrapassam fronteiras municipais ou regionais e que demandam articulação ampliada entre diferentes coletivos, comissões e grupos comunitários. Reuniões intercomunitárias, agendas de formação conjunta, encontros do Eixo AGM e reuniões temáticas amplas são exemplos de espaços que, frequentemente, operam como espaços de alinhamento estratégico, compartilhamento de informações e fortalecimento das redes territoriais.

No conjunto, os dados sugerem que a atuação da Aedas é marcada por uma presença capilarizada nos territórios, com atenção especial às especificidades de cada região e, ao mesmo tempo, pela construção de espaços integrados que fortalecem a coesão do processo participativo nas Regiões 1 e 2. A distribuição das atividades expressa, portanto, tanto a capacidade de resposta às demandas locais quanto o compromisso com uma abordagem territorial articulada, fundamental para a promoção da participação informada das pessoas atingidas no processo reparatório.

*Gráfico 01. Espaços participativos por Região*



### 3.3. Distribuição de atividades por município

A distribuição das atividades por município revela níveis de concentração territorial, refletindo tanto a extensão dos danos quanto a dinâmica de mobilização das comunidades atingidas. O município de Brumadinho, com 1025 atividades registradas, aparece de forma destacada como o

território com o maior volume de ações. Esse número expressivo é coerente com o fato de ser o epicentro do rompimento da barragem e concentrar um grande contingente populacional atingido, além de manter extensa rede de comissões, coletivos e espaços organizativos que demandam acompanhamento sistemático da ATI.

Em seguida, desponta São Joaquim de Bicas, com 299 atividades, seguido por Betim que aparece com 282 registros, indicando forte presença territorial e participação significativa das comunidades atingidas nestes municípios, caracterizados por dinâmicas urbanas complexas, diversidade de grupos atingidos e histórico de mobilização comunitária. Logo depois, aparece Juatuba, com 267 atividades. Esses municípios fazem parte da Região 2 e apresentam atuação consistente das equipes técnicas, em especial em processos de pautas intercomunitárias e fortalecimento das comissões locais.

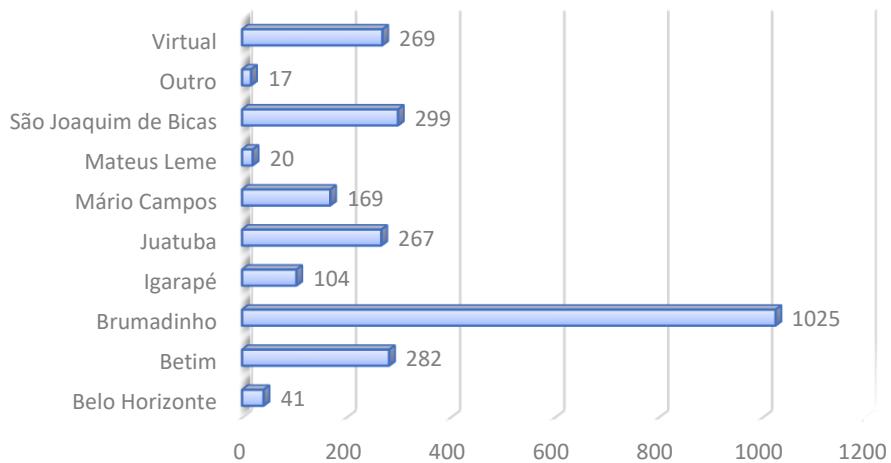
Os municípios de Mário Campos (169) e Igarapé (104) apresentam números intermediários, compatíveis com a realidade do território, em menor extensão territorial e menor número de comunidades. Já Mateus Leme, com 20 atividades, reflete o atendimento específico voltado exclusivamente aos Povos e Comunidades Tradicionais do município, que faziam o uso das águas do Rio Paraopeba.

O município de Belo Horizonte, com 41 atividades, corresponde majoritariamente a agendas institucionais, reuniões ampliadas, formações, encontros interterritoriais ou atividades relacionadas ao funcionamento dos espaços de governança da reparação, uma vez que a capital não integra o território diretamente atingido, mas desempenha papel estratégico na articulação com órgãos públicos, instituições e grupos organizados, especialmente agendas com os Compromitentes do acordo. A classificação “Outra Cidade”, com 17 atividades, reúne ações pontuais ocorridas em localidades específicas, elas reforçam a heterogeneidade das agendas institucionais e de acompanhamento das pessoas atingidas, apesar de não serem recorrentes.

Por fim, é importante destacar a categoria “Base Virtual”, com 269 atividades, evidenciando o papel central que os espaços online desempenharam no processo de participação. Esse número expressivo revela que a virtualidade contribuiu significativamente para ampliar o alcance da participação, minimizar barreiras de deslocamento e garantir continuidade das ações em contextos que exigiam agilidade e flexibilidade. Reuniões de coletivos, encontros de formação, comissões e articulações intercomunitárias compõem grande parte dessas atividades.

No conjunto, os dados indicam que a atuação da ATI se distribui de forma ampla e estratégica, respondendo tanto às áreas com maior número de atingidos quanto às especificidades territoriais de cada município. A predominância de Brumadinho, seguida por São Joaquim de Bicas, Betim e Juatuba, reafirmam a centralidade da participação desses territórios no processo de reparação, enquanto a presença significativa de atividades virtuais demonstra a adaptação metodológica das práticas de participação social às condições contemporâneas de mobilização e comunicação.

*Gráfico 02. Espaços participativos por município*



### 3.4. Quantidade média e total de participantes

O conjunto de dados analisado registra 2493 espaços participativos realizados ao longo do período de referência, abrangendo reuniões comunitárias, comissões, coletivos, visitas técnicas, oficinas formativas e demais dispositivos de interação social. Esse volume expressivo de atividades evidencia a intensidade e a capilaridade do processo participativo promovido no território, sustentado por metodologias de envolvimento contínuo, frequente e descentralizado.

A média geral é de 6 participantes por espaço, indicando que embora os formatos variem significativamente em público e finalidade, há um padrão consistente de engajamento que mantém a dinâmica participativa ativa e representativa. Essa média também reflete a natureza dos espaços, em maioria de visitas técnicas que têm caráter de atendimento às lideranças territoriais, voltados

à organização comunitária, processo que geralmente demanda grupos menores, mais estáveis e capazes de contribuir com profundidade.

Quando multiplicada pelo número total de atividades, essa média aponta para um universo aproximado de 14.490 participações acumuladas, considerando a presença repetida de muitas pessoas ao longo do processo. O dado revela não apenas o alcance quantitativo das ações, mas também a densidade do trabalho de mobilização, formação e fortalecimento comunitário realizado junto aos territórios atingidos.

A combinação entre grande volume de espaços e engajamento médio consistente demonstra que o processo participativo opera como um eixo estruturante da atuação da Assessoria Técnica Independente, garantindo fluidez de informações, fortalecimento das representações territoriais, construção de posicionamentos coletivos e monitoramento da reparação em diálogo contínuo com a população atingida.

### **3.5. Atividades por objetivos específicos do Plano de Trabalho**

A análise dos dados evidencia que os espaços participativos foram estruturados de forma a responder diretamente aos objetivos específicos do Plano de Trabalho definidos para o acompanhamento das regiões atingidas, com foco no fortalecimento da participação informada, no diálogo social qualificado e na construção conjunta de diretrizes para a reparação.

O maior volume de atividades está associado ao objetivo de Participação Informada, que concentra 1623 espaços. Esse dado demonstra a prioridade atribuída à circulação de informações precisas, acessíveis e contextualizadas, permitindo que a população atingida tenha condições de compreender as etapas do processo de reparação, seus instrumentos, desafios e possibilidades, para que assim possam participar ativamente nos processos decisórios. A alta frequência desses encontros indica uma estratégia contínua de formação política e técnica, visando reduzir assimetrias de informação e ampliar a autonomia dos sujeitos coletivos.

Em seguida, destacam-se os 469 espaços relacionados ao Anexo 1.1, que tratam de temáticas específicas vinculadas à organização das ideias de projetos locais e regionais, organização e construção da proposta de regimento interno dos conselhos locais, entre outros assuntos relevantes para o avanço da construção do Anexo. O volume expressivo dessa categoria reforça a

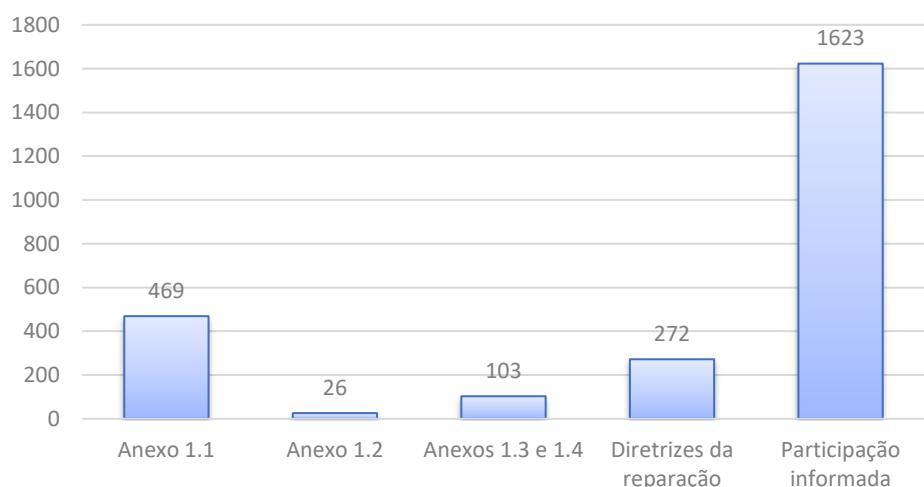
importância da ATI no apoio à organização comunitária das pessoas atingidas na construção do Anexo 1.1 junto à Entidade Gestora.

Os 103 espaços classificados sob os Anexos 1.3 e 1.4 refletem atividades mais direcionadas aprofundamento e debate sobre os projetos ou apoio em reuniões com o poder público e audiências públicas. Embora numericamente menores, esses encontros foram capazes de atender o acompanhamento previsto pela Aedas, em atenção as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais, e à promoção de suporte técnico às demais comunidades, para incidência estratégica e controle social sobre os recursos destinados aos projetos dos municípios.

As atividades ligadas às Diretrizes da Reparação, totalizando 272 espaços, demonstram o esforço de traduzir os parâmetros e princípios jurídicos que orientam a reparação, além de aprofundar e evidenciar a diversidade social presente nos territórios. Esse conjunto é fundamental para garantir que a reparação não seja uma imposição unilateral, mas sim fruto de deliberação dialogada entre instituições, assessoria técnica e principalmente, da população atingida.

Por fim, os 26 espaços do Anexo 1.2, ainda que numericamente modestos, ocupam lugar importante na consolidação de documentos e alinhamentos operacionais que sustentam os pedidos voltados para o Programa de Transferência de Renda (PTR). Sua ocorrência mais restrita está relacionada aos critérios definidos pelas Instituições de Justiça para atuação das ATIs nesse anexo.

*Gráfico 04. Objetivos específicos dos espaços participativos*



#### 4. Panorama geral das demandas da população atingida

Este capítulo apresenta uma leitura abrangente das 1.548 demandas das pessoas atingidas registradas pela equipe técnica da Aedas no período analisado (2024 e 2025), organizadas segundo região, município, tipo e categoria. A sistematização dessas informações permite compreender, de forma estruturada, quais são as principais necessidades, preocupações e reivindicações que emergem dos territórios em processo de reparação. Ao mapear essas demandas, torna-se possível identificar padrões recorrentes, diferenças territoriais relevantes, temas prioritários e variações associadas aos marcadores sociais da diferença. Esse panorama oferece, portanto, uma base fundamental para subsidiar estratégias de atuação e fortalecer o diálogo com as comunidades, garantindo que a reparação avance de forma responsável, justa e alinhada às expectativas e necessidades das populações atingidas.

#### **4.1. Distribuição de demandas por região**

A distribuição das 1.548 demandas registradas entre as regiões evidencia diferenças importantes no modo como os danos do rompimento se manifestam territorialmente e como são percebidos e comunicados pelas populações atingidas. A Região 1 concentra 859 demandas, representando a maior parte do total. Esse volume expressivo indica não apenas a densidade populacional, mas também a intensidade dos efeitos socioeconômicos e ambientais experimentados nesse território.

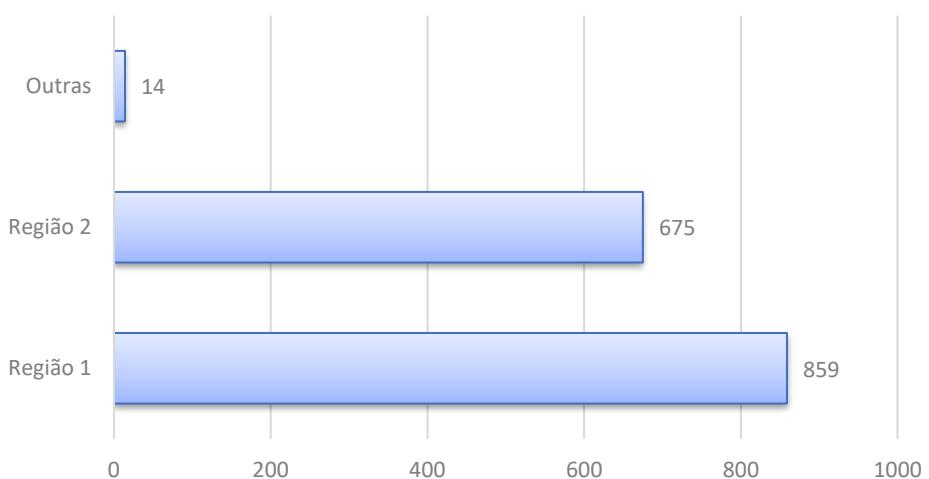
A Região 2, com 675 demandas, também apresenta um quantitativo significativo, revelando um cenário de forte mobilização e de múltiplas necessidades expressas pelas comunidades atingidas. A diferença em relação à Região 1 não diminui a relevância do território, ao contrário, pode apontar para características específicas da dinâmica comunitária, diferenças nos perfis socioeconômicos ou variações nos danos causados pelo rompimento.

Por fim, o grupo classificado como “Outras”, com 14 demandas, sugere ocorrências mais pontuais, possivelmente originadas de pessoas atingidas que, embora não integrem formalmente as duas regiões de atuação da Aedas, mantêm vínculos com o processo participativo e enfrentam consequências do rompimento, como por exemplo os Familiares de Vítimas Fatais que não necessariamente habitavam/habitam a região. Esse registro reforça a necessidade de atenção

contínua a fluxos periféricos de demanda, que podem indicar situações complexas de resolução pelo afastamento dos territórios.

No conjunto, a distribuição regional das demandas demonstra que o processo de reparação envolve realidades territorialmente diversas e exige respostas diferenciadas, sensíveis às especificidades de cada região e às múltiplas formas pelas quais a população atingida vivencia seus direitos, danos e necessidades.

*Gráfico 05. Demandas por região*



#### 4.2. Distribuição de demandas por municípios

A distribuição das 1.548 demandas por município revela de forma explícita como os danos do rompimento e as necessidades decorrentes dele se expressam de maneira desigual no território, refletindo tanto a intensidade dos danos quanto a organização comunitária e o acesso a ATI.

O município de Brumadinho, epicentro do rompimento, concentra 859 demandas, número que corresponde à maior parte de todo o conjunto registrado. Esse volume significativamente superior reforça a centralidade dos danos vivenciados pela população local, desde perdas materiais e ambientais até efeitos sobre a saúde, o trabalho, a renda e os vínculos comunitários. Além disso, demonstra muita mobilização e participação, sugerindo que as comunidades de Brumadinho utilizam de forma ativa os canais de participação gerenciados pela Aedas e, por consequência, elevam o registro e acompanhamento das demandas.

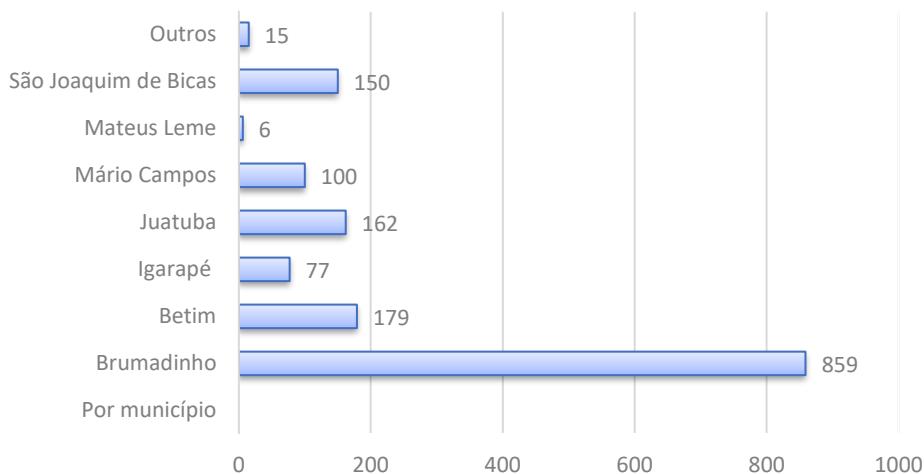
Na sequência, Betim contabiliza 179 demandas, seguido por Juatuba com 162 e São Joaquim de Bicas com 150. Esses municípios, localizados na calha do rio Paraopeba, experimentam danos ambientais e socioeconômicos contínuos, ainda que diferentes do epicentro do rompimento. O volume expressivo de demandas nesses três territórios aponta para preocupações recorrentes relacionadas à qualidade da água, perda de atividades produtivas, questões de saúde, mobilidade e infraestrutura, além de tensões com políticas públicas e processos de reparação.

Os municípios de Mário Campos (100 demandas) e Igarapé (77 demandas) também apresentam participação significativa, indicando que, embora menores em população quando comparados aos demais, vivenciam desafios importantes na recuperação de meios de vida, no acesso a serviços e no fortalecimento comunitário. Já Mateus Leme, com apenas 6 demandas, desonta como um território com menor número de registros, embora expressem a participação dos Povos e Comunidades Tradicionais desse município no processo de reparação.

Por fim, a categoria “Outros”, com 15 demandas, reúne registros de pessoas atingidas de localidades que, embora não constituam território de atuação, mantêm vínculos com o processo de reparação e enfrentam danos do rompimento. Essa presença reforça os danos e demandas relacionados aos Familiares de Vítimas Fatais.

De modo geral, o panorama municipal revela que a distribuição das demandas acompanha tanto a geografia do rompimento quanto a capacidade política, social e organizativa de cada território. Esses dados são fundamentais para orientar estratégias diferenciadas de atuação e para fortalecer um processo de reparação sensível às especificidades locais.

*Gráfico 06. Demandas por município*



#### **4.3.Distribuição de demandas por tipo**

A classificação das 1.548 demandas registradas evidencia a diversidade de formas pelas quais os danos do desastre-crime se manifestam na vida das pessoas e coletividades atingidas e como elas buscam ou acessam a reparação.

As demandas individuais, que totalizam 968 registros, constituem o maior grupo e demonstram que, embora o rompimento das barragens tenha produzido efeitos amplos e comunitários, ele também desencadeou um conjunto expressivo de questões específicas, relacionadas às condições econômicas, sociais, ambientais, de saúde física e mental, bem como às experiências subjetivas de perda vividas por cada pessoa.

As demandas coletivas, com 514 registros, revelam como a população atingida têm se organizado no território e buscado soluções de forma comunitária. Refletindo reivindicações estruturantes que atravessam grupos, territórios e modos de vida compartilhados. Nesse conjunto, destacam-se temas como reestruturação de serviços públicos, recuperação ambiental de áreas de uso comunitário, melhorias em infraestrutura e fortalecimento de espaços de participação e tomada de decisão. Tais demandas demonstram que a reparação não se limita à recomposição individual, mas envolve a reconstrução de redes sociais, bens comuns, vínculos comunitários e condições coletivas de existência.

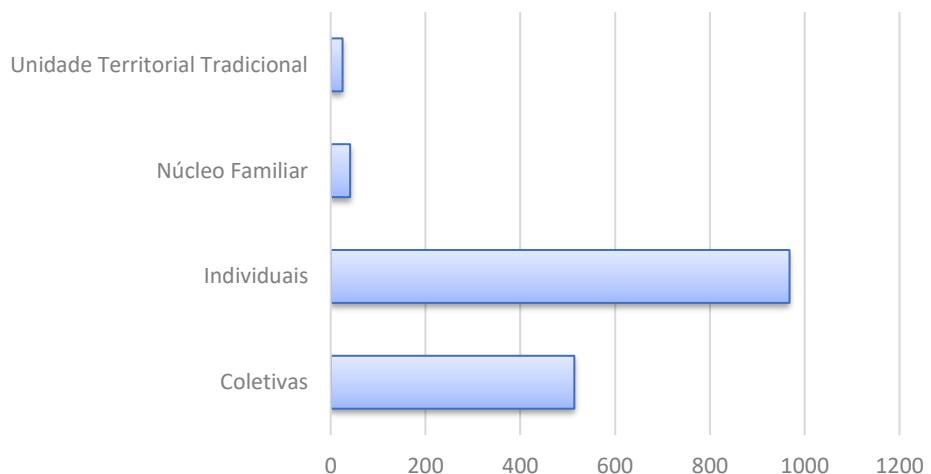
No âmbito intermediário entre o individual e o coletivo, surgem as 41 demandas de núcleo familiar, que indicam dinâmicas de danos que atravessam a família como unidade social. Nessas situações, as perdas e danos atingem o conjunto do grupo doméstico, seja por alterações na renda familiar, deslocamentos compulsórios, adoecimento de mais de um membro da família ou desestruturação dos arranjos de cuidado. Esse tipo de demanda evidencia como a reparação deve reconhecer a família como um agente central no processo de reorganização da vida após o rompimento.

Por fim, as 25 demandas provenientes das Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) conferem visibilidade a um segmento frequentemente invisibilizado nos processos formais de reparação: Povos e Comunidades Tradicionais, em especial aqueles vinculados às religiões de matriz africana. Essas demandas apresentam especificidades diversas, como a necessidade de proteção e recuperação de águas e territórios sagrados, reconhecimento de danos simbólicos e culturais, garantia de continuidade das práticas rituais, preservação de espaços de culto e salvaguarda de

tradições comunitárias. A presença dessas demandas reforça a importância de abordagens interculturais e da consideração de direitos específicos, assegurando que o processo de reparação seja sensível às cosmologias, territorialidades e formas próprias de organização desses grupos.

Em conjunto, a análise das demandas por tipo evidencia não apenas a amplitude da participação, mas também a necessidade de respostas múltiplas e coerentes com a diversidade social, cultural e territorial que compõe o universo das pessoas e comunidades atingidas.

*Gráfico 07. Demandas por tipo*



#### 4.4.Distribuição de demandas por categorias

A distribuição das 1.548 demandas por categoria revela a complexidade do território pós-rompimento e a pluralidade de temas que emergem dos diferentes grupos sociais e formas de organização. O volume expressivo de demandas classificadas em Participação Informada (421) indica uma forte mobilização das pessoas atingidas em torno do direito à informação, à transparência e ao acompanhamento dos processos decisórios ligados à reparação. Esses registros abrangem desde dúvidas técnicas sobre programas e anexos do acordo de reparação até solicitações de acesso a dados, pedidos de esclarecimento e requisições para fortalecimento dos canais de diálogo, evidenciando que a participação significativa permanece como um eixo estruturante para o avanço das políticas e programas de reparação.

As demandas relacionadas aos Anexos do Acordo Judicial para Reparação Integral também ocupam lugar central, somando 481 registros quando considerados em conjunto. O Anexo 1.2,

com 261 demandas, concentra solicitações vinculadas ao cadastro, elegibilidade e reconhecimento de pessoas atingidas para o recebimento do Programa de Transferência de Renda (PTR). O Anexo 1.1, com 135 demandas, abrange sobretudo solicitações de informações sobre governança, funcionamento das instâncias e garantias de participação, demonstrando preocupação com a efetividade dos mecanismos criados para assegurar a representação e participação das pessoas atingidas. O Anexo 1.4, com 52 demandas, e o Anexo 1.3, com 33 demandas, abordam questões relacionadas aos projetos comunitários e medidas de reparação coletiva, mostrando que, embora menos volumosas, essas categorias mantêm relevância na medida em que tratam de ações estruturantes para os territórios atingidos.

A categoria Povos e Comunidades Tradicionais (136 demandas) destaca a presença ativa de grupos com modos de vida e territorialidades específicas, sobretudo comunidades e casas tradicionais de religiões de matriz africana. Essas demandas enfatizam questões como preservação de territórios sagrados, danos culturais e simbólicos, reconhecimento identitário e garantia de continuidade de práticas rituais. Este conjunto revela que a reparação deve contemplar dimensões não apenas materiais, mas também imateriais, como a cultura e os modos de vida.

A categoria Reparação Socioambiental, com 76 demandas, evidencia preocupações com danos ambientais, recuperação de áreas degradadas, monitoramento da qualidade da água e danos sobre flora, fauna e usos tradicionais dos espaços naturais. Já as 50 demandas relacionadas à Saúde incluem desde sintomas físicos e agravos relacionados à exposição a poeira de rejeitos até questões de saúde mental decorrentes do trauma coletivo e das inseguranças prolongadas no tempo.

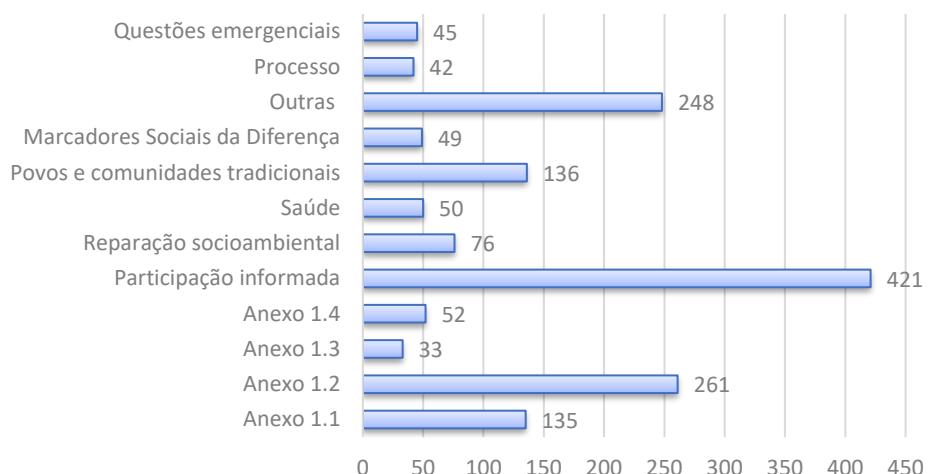
A categoria Marcadores Sociais da Diferença (49 demandas) organiza temas referentes a grupos que vivenciam danos agravados devido a desigualdades estruturais e condições sociais prévias. Aqui se inserem demandas de mulheres, idosos, crianças, adolescentes, juventudes, pessoas com deficiência e grupos racializados, apontando para interseções entre vulnerabilidade, desigualdade e dano socioambiental. A presença dessa categoria demonstra que o rompimento não atua de forma homogênea, mas aprofunda disparidades sociais já existentes nos territórios.

A categoria Processo, com 42 registros, reúne demandas sobre fluxos, prazos, trâmites administrativos e dúvidas relativas à execução das políticas de reparação. Questões emergenciais, com 45 demandas, refletem situações críticas que exigem resposta rápida, como insegurança

alimentar, riscos imediatos, necessidade urgente de atendimento em períodos de crise, como na época de chuvas e enchentes.

Por fim, a categoria “Outras”, que reúne 248 demandas, tem caráter complementar e agrupa registros que não se enquadram diretamente nas categorias anteriores, mas que revelam aspectos relevantes da experiência das pessoas atingidas. Neste grupo, destacam-se demandas sobre devolutivas de estudos e consultorias, pedidos de informações sobre o andamento de processos individuais ou coletivos; demandas de familiares de vítimas fatais, que envolvem dimensões profundamente sensíveis da reparação; e registros de reclamações, muitas vezes relacionadas à qualidade do atendimento, à morosidade dos processos ou ao funcionamento das instituições envolvidas na reparação.

*Gráfico 09. Demandas por categoria*



## 5. Marcadores sociais da diferença e participação social

Este capítulo apresenta a caracterização sociodemográfica das pessoas atingidas que participaram dos espaços participativos e/ou registraram demandas, complementando as análises dos capítulos anteriores. O quantitativo de pessoas únicas registradas nas bases de referência totaliza 4248 atingidos nas Regiões 1 e 2. Ao examinar gênero, raça/cor, faixa etária e presença de pessoas com deficiência, buscamos identificar quem tem acessado os processos de participação e reivindicação, bem como possíveis desigualdades de representação. Esses marcadores sociais da diferença permitem compreender a diversidade existente entre os atingidos e as assimetrias que

influenciam sua presença nos espaços, aprofundando a leitura sobre como distintos grupos vivenciam o processo de reparação e suas oportunidades de voz e incidência.

### **5.1. Participantes por gênero**

A distribuição de gênero entre pessoas participantes dos espaços e demandas analisados revela tendências sobre quem está mobilizado, quem está acessando os canais de participação e como se estruturam as relações sociais nos territórios atingidos. Do total registrado, 2559 pessoas se identificaram como mulheres (59,6%), 1597 como homens (37,2%) e 92 não tiveram o gênero classificado (2,1%).

A predominância de mulheres, representando quase 60% do total, é consistente com padrões frequentemente observados em processos participativos comunitários e em contextos de desastres socioambientais. As mulheres, historicamente, ocupam posições centrais na organização cotidiana das comunidades, no cuidado familiar e na mediação com serviços públicos, o que tende a colocá-las em maior evidência nos espaços de diálogo, reivindicação e acompanhamento da reparação. Essa presença expressiva também reflete os danos do rompimento de barragem sobre dimensões fortemente generificadas, como a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga dos cuidados e o rearranjo das responsabilidades domésticas.

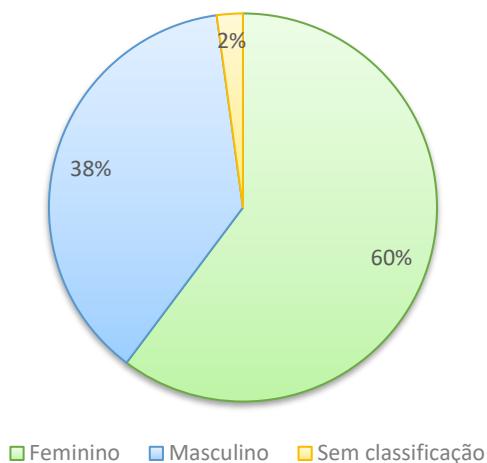
Os homens, representando 37,2%, embora também estejam significativamente presentes, aparecem em menor proporção, o que indica que os espaços participativos são acessados de maneira diferenciada entre gêneros. Isso pode envolver fatores como disponibilidade de tempo, deslocamento para atividades, formas tradicionalmente masculinas de participação política e expectativas de trabalho e renda que limitam a presença em reuniões ou atividades coletivas.

A categoria “sem classificação”, ainda que pequena (2,1%), aponta para a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de coleta de dados e da sensibilidade institucional para garantir o registro adequado de identidades e expressões de gênero. Embora o número seja reduzido, reforça a importância de assegurar metodologias que não invisibilizem pessoas trans, não binárias ou que não se identifiquem com as categorias tradicionais.

De maneira geral, esse panorama de gênero confirma que a participação social no processo de reparação é atravessada por desigualdades estruturais, reafirmando a importância de considerar os Marcadores Sociais da Diferença como referência analítica e operacional. A identificação dessas

assimetrias permite qualificar o direcionamento das ações, garantir acessibilidade diferenciada e assegurar que mulheres e demais grupos de gênero tenham suas necessidades reconhecidas e incorporadas nas decisões coletivas.

*Gráfico 10. Gênero dos participantes*



## 5.2. Participantes por raça/cor

Os dados de raça/cor evidenciam a composição racial das pessoas que acessaram a ATI, revelando dinâmicas estruturais que atravessam historicamente os territórios atingidos. Considerando o total de registros, distribuído entre diferentes categorias de autodeclaração, obtém-se os seguintes valores absolutos:

- Pardas: 1695
- Pretas: 899
- Brancas: 725
- Sem classificação: 808
- Indígenas: 66
- Amarelas: 55
- Total de registros: 4248

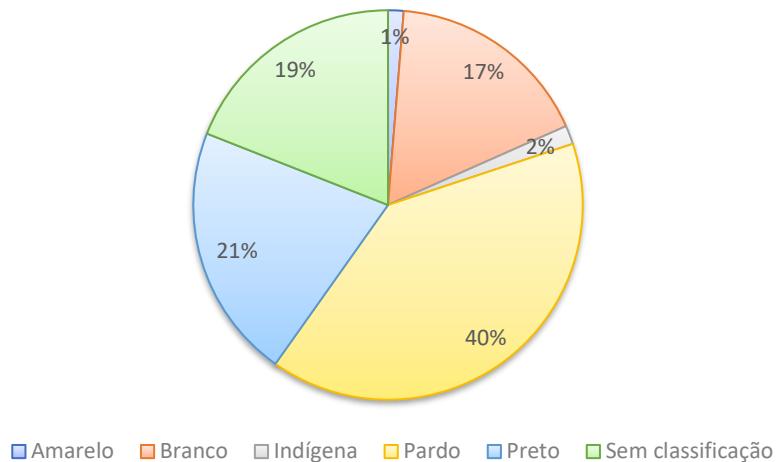
A predominância de pessoas pardas (42,7%) e pretas (22,6%), juntas somando 65,3% do total, confirma que a maior parte dos sujeitos envolvidos é composta pela população negra (pretos + pardos), refletindo a distribuição racial historicamente marcada das comunidades atingidas em Minas Gerais. Esse dado é fundamental para compreender como o rompimento e o processo de reparação dialogam com desigualdades estruturais do país, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica mais acentuada entre populações negras.

As pessoas brancas, representando 18,3%, aparecem em menor proporção quando comparadas ao conjunto de negros, indicando que a composição racial dos territórios atingidos não reflete a lógica racial brasileira tradicional de distribuição proporcionalmente maior de brancos nas estatísticas nacionais. Por outro lado, essa baixa representação também pode estar ligada as limitações no levantamento e registro dos dados.

O grupo “sem classificação” (20,4%) é numericamente relevante e chama atenção às limitações na coleta de dados, ausência de autodeclaração por parte da população ou inconsistências nos registros. Esse volume reforça a necessidade de aprimorar os instrumentos de caracterização, e de conscientizar a população sobre a autodeclaração, uma vez que a raça/cor é um elemento decisivo para identificar desigualdades no acesso à reparação e para construir políticas antirracistas no processo.

Já as categorias indígenas (1,7%) e amarela (1,4%), embora representem proporções menores, são de extrema relevância do ponto de vista qualitativo. Indicam a presença de grupos específicos que muitas vezes enfrentam outras formas de vulnerabilidade: apagamento estatístico, dificuldades de reconhecimento institucional, linguagens próprias e, no caso dos povos indígenas, direitos diferenciados que precisam ser resguardados. Ainda que numericamente reduzidos, esses grupos devem ser considerados com atenção, em respeito às suas especificidades tradicionais, culturais e jurídicas.

Assim, a análise de raça/cor evidencia que o processo de participação e de registro de demandas ocorre em territórios marcada pela forte presença de populações negras, protagonistas na mobilização e historicamente mais expostas a riscos socioambientais. Aplicar os Marcadores Sociais da Diferença nesse contexto não apenas qualifica a leitura dos dados, mas também possibilita orientar ações de reparação mais justas, sensíveis às desigualdades raciais e comprometidas com a equidade.

*Gráfico 11. Raça/cor dos participantes*

### 5.3. Participantes por faixa etária

O registro da composição etária das pessoas participantes revela importantes nuances sobre quem tem conseguido acessar os espaços de participação, quem aparece de forma mais recorrente nos registros de demandas e quais grupos podem estar sub-representados. A distribuição em valores absolutos é a seguinte:

- Adultos: 1135
- Idosos: 546
- Jovens: 193
- Adolescentes: 96
- Crianças: 236
- Sem classificação: 2042
- Total de registros: 4248

Os dados mostram que quase metade dos registros (48,1%) não tiveram informação de faixa etária indicada. Esse percentual muito elevado de ausência de classificação limita análises mais detalhadas sobre representatividade etária e reforça a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de coleta, sobretudo para assegurar que grupos historicamente invisibilizados, como crianças, adolescentes e pessoas idosas, sejam adequadamente identificados e assessorados.

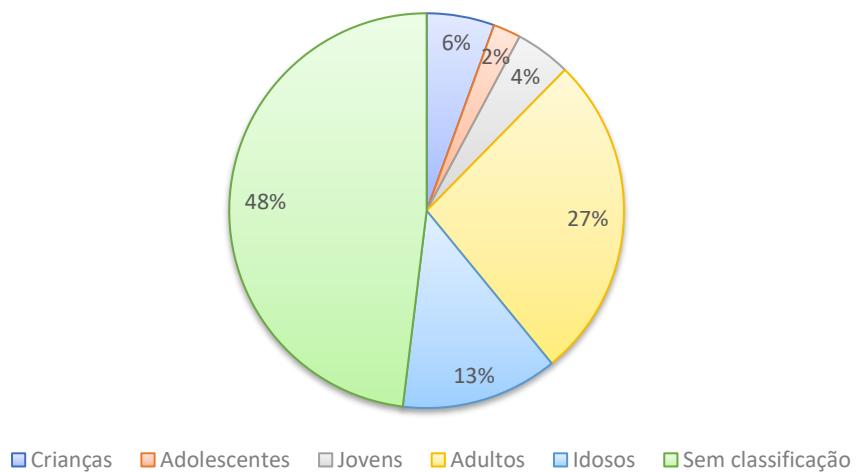
Entre os registros classificados, destaca-se o predomínio de adultos (26,7%), que são majoritariamente responsáveis por comparecer aos espaços participativos, realizar interlocuções e apresentar demandas familiares e coletivas. Essa predominância é esperada, mas não deve ser interpretada como sinônimo de centralidade exclusiva, visto que muitos adultos falam em nome de crianças, adolescentes ou idosos, especialmente em contextos de cuidado.

As pessoas idosas, representando 12,9%, aparecem como o segundo maior grupo etário. Esse dado é significativo e sinaliza que o desastre-crime e o processo de reparação atravessam também a vida de pessoas com maior vulnerabilidade social, física e emocional, que frequentemente apresentam limitações de mobilidade e dependência de cuidados. Sua participação, mesmo diante desses obstáculos, demonstra engajamento e necessidade de maior atenção por parte das políticas e ações de reparação, sobretudo porque a velhice é um marcador social que agrava desigualdades.

As crianças (5,6%), adolescentes (2,3%) e jovens (4,5%) aparecem em proporções menores, o que é coerente com a dinâmica de participação em espaços formais, mas indica que suas vivências e danos podem estar sendo menos diretamente captados. Ainda que muitas de suas demandas sejam apresentadas por responsáveis ou mediadas pela equipe técnica, a pouca aparição direta desses grupos pode sugerir a necessidade de estratégias específicas para escuta qualificada, metodologias lúdicas, horários acessíveis e ações que garantam a centralidade dos direitos de infâncias e juventudes no processo de reparação.

Sabendo dessa realidade, a Aedas sempre destacou a importância de equipes multidisciplinares, com atenção a profissionais formados em pedagogia e áreas correlatas. Ademais, em sua metodologia de trabalho, sempre existiu espaço destinado ao acolhimento e atendimento da infância e adolescência, esse espaço participativo é denominado ciranda e seu quantitativo foi apresentado anteriormente.

Assim, a análise etária revela tanto a predominância do protagonismo adulto quanto importantes lacunas de registro que dificultam a leitura plena da diversidade geracional dos atingidos. Integrar a perspectiva dos Marcadores Sociais da Diferença na dimensão etária permite reconhecer que cada grupo vivencia o rompimento e o processo de reparação de forma singular, exigindo abordagens diferenciadas que respeitem características, vulnerabilidades e formas próprias de participação.

*Gráfico 12. Faixa etária dos participantes*

#### 5.4. Participantes PCDs

A classificação referente à presença de Pessoas Com Deficiência (PCDs) nos registros analisados apresenta o seguinte cenário:

- É PCD: 248
- Não é PCD: 492
- Sem classificação: 3508

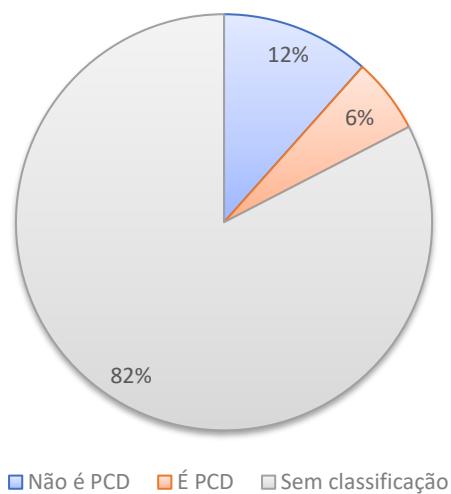
O dado mais marcante é o altíssimo índice de registros sem classificação (82,6%), o que torna quase impossível uma identificação precisa sobre a participação e o acompanhamento de pessoas com deficiência no processo de reparação. Essa lacuna indica que o marcador não foi sistematicamente coletado, entretanto, cabe salientar que a deficiência, como marcador social da diferença, implica vulnerabilidades ampliadas no contexto de um desastre sociotecnológico, seja pelo dano direto sobre autonomia, mobilidade, saúde ou pela dificuldade de acessar direitos e estruturas de participação.

Entre os registros classificados, pessoas não PCD representam 11,6%, enquanto pessoas PCD correspondem a apenas 5,8%. Embora seja possível que a participação de pessoas com deficiência seja menor devido às barreiras físicas, comunicacionais e de transporte, também é provável que essa baixa porcentagem reflita mais uma falha de coleta do que a realidade da população atingida.

A presença de pessoas com deficiência é particularmente relevante nos processos de reparação, pois esse grupo pode enfrentar maiores dificuldades de deslocamento para reuniões, visitas técnicas e atividades coletivas, além de demandar acessibilidade em múltiplas dimensões, física, comunicacional, informacional e institucional. Também está exposto a condições ampliadas de vulnerabilidade socioeconômica e, muitas vezes, é invisibilizado.

Os números reforçam a necessidade de aprimorar as metodologias de registro para assegurar que as especificidades das pessoas com deficiência sejam identificadas e acolhidas desde o momento da escuta até o encaminhamento de demandas e formulação de políticas reparatórias. Garantir que esse marcador seja compreendido pelas pessoas atingidas, evidenciado e registrado em campo, de forma consistente, é fundamental para que o processo de reparação seja inclusivo, equitativo e alinhado às diretrizes de direitos humanos e acessibilidade.

*Gráfico 13. Pessoas com deficiência (PCDs)*



## 6. Considerações finais

A análise integrada dos espaços participativos, das demandas registradas e dos marcadores sociais da diferença evidencia a complexidade do processo de reparação de danos no contexto de rompimento da barragem e das formas como diferentes grupos sociais são atingidos, mobilizam-se e participam do processo reparatório. Ao longo do relatório, torna-se evidente que a participação social não se limita à presença em reuniões ou atividades coletivas, ela se manifesta

também por meio das demandas, das formas de articulação territorial e das expressões diversas de reivindicação e resistência das pessoas atingidas.

A expressiva quantidade de espaços participativos demonstra a amplitude e esforço coletivo no compartilhamento de informações, mobilização social e acompanhamento dos processos da reparação. A distribuição dessas atividades pelos municípios e regiões revela estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada território. As visitas técnicas, que representam o maior volume de ações, e as reuniões intercomunitárias mostram a centralidade da presença territorial, da escuta qualificada e do diálogo direto na construção de confiança e legitimidade nos processos participativos entre assessoria técnica e comunidades.

O volume de demandas registradas também reforça a participação ativa das pessoas atingidas na construção da reparação. As demandas não são apenas solicitações individuais ou coletivas, são formas de afirmação de direitos, expressão de conflitos, identificação de vulnerabilidades e marcação de prioridades. Sua distribuição por região, município, tipo e categoria revela tanto necessidades estruturais quanto temas sensíveis relacionados a saúde, processos, diretrizes da reparação, participação informada e direitos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Assim, as considerações finais deste relatório indicam que o processo de reparação deve ser compreendido como um campo em disputa, no qual os marcadores sociais da diferença funcionam como lentes essenciais para identificar desigualdades, reconhecer prioridades e orientar intervenções. A reparação efetiva não se limita à solução administrativa das demandas; ela exige reconhecer que as pessoas atingidas não são um grupo homogêneo e que diferentes sujeitos experimentam o rompimento e o processo de reparação de maneiras profundamente desiguais.

Por fim, os dados analisados reafirmam que a reparação de danos causados por rompimentos de barragens não é apenas um conjunto de procedimentos técnicos. Trata-se de um processo político, social e ético, no qual a centralidade das pessoas atingidas, em toda sua diversidade, deve orientar cada etapa. A incorporação consistente dos marcadores sociais da diferença, aliada a práticas efetivas de participação social e escuta qualificada, é condição essencial para que a reparação seja justa, equitativa e verdadeiramente transforme a realidade das pessoas atingidas.



Esse material é uma produção da Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, que contribui para viabilizar a participação informada, controle social e organização das pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens BI, B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão da Vale S.A, no âmbito do Acordo Judicial firmado em fevereiro de 2021, entre as Instituições de Justiça, a Vale S.A e o Governo de Minas Gerais.

